

IMPLANTAÇÃO DE ASSENTAMENTOS RURAIS: IMPACTOS LOCAIS NOS MUNICÍPIOS DE CANDIOTA E HULHA NEGRA, RS

Flamarion Dutra Alves¹ – UFSM
dutrasm@yahoo.com.br

Vicente Celestino Pires Silveira² – UFSM
vicentesilveira@smail.ufsm.br

RESUMO

Ao estudar as disparidades regionais devem ser levados em consideração diversos fatores ligados a essa dinâmica, assim a Metade Sul ganha destaque nestas discussões, pois apresentam atividades pouco dinâmicas economicamente e vazios demográficos. Partindo desta discussão, houve no final da década de 1980, um deslocamento geográfico dos assentamentos rurais, antes situados na Metade Norte partindo para a Metade Sul. A presença dos assentamentos rurais redistribui a terra, potencializa oportunidades, altera o uso do espaço e muda o padrão produtivo, este fator aliado a incentivos e políticas públicas modifica a dinâmica do desenvolvimento local. Os objetivos da pesquisa são verificar os impactos locais decorrentes das criações e implantações de assentamentos rurais nos municípios de Candiota e Hulha Negra, além de estudar as mudanças ocorridas no município após as implantações dos assentamentos, tanto no âmbito socioeconômico, ambiental e agropecuário como nas alterações do meio geográfico. A metodologia baseia-se em duas etapas, a primeira, no levantamento de informações sobre os dados socioeconômicos da Metade Sul e do município em fontes secundárias para diagnosticar a realidade municipal. Em seguida, saídas de campo junto aos assentamentos rurais do município para a análise das atividades agropecuárias e das condições existentes no município.

Palavras-chave: Assentamentos Rurais; Metade Sul; Desigualdades Regionais; Desenvolvimento Local

INTRODUÇÃO

A Metade Sul do Rio Grande do Sul (figura 1) tem se destacado nas discussões sobre o desenvolvimento regional, sendo considerada menos desenvolvida em relação à Metade Norte do Estado. O principal problema está associado às características de base econômica, ligada a atividades pouco dinâmicas e de pequeno potencial para criação de empregos diretos e indiretos, como é o caso da pecuária extensiva (LÜBECK & SCHNEIDER, 2003).

Outros fatores dessa desigualdade regionais estão baseados no predomínio da grande propriedade, o latifúndio, a qual contribuiu para a presença da pecuária extensiva, a qual deve-se as raízes históricas de sua colonização portuguesa surgidas no século XVIII, e a baixa densidade populacional, causando “vazios demográficos” pouco dinâmicos economicamente.

¹ Graduado em Geografia, Aluno do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural-UFSM.

² Prof^o.Phd.Adjunto do Dept. de Educação Agrícola e Extensão Rural-UFSM.

Assim é necessário reestruturar a base produtiva e a base social da região, tanto na estrutura fundiária como nas atividades econômicas, devendo realizar ações e intervenções de todos os níveis na perspectiva de proporcionar o desenvolvimento socioeconômico regional.

A reforma agrária surge como uma alternativa para a redistribuição da terra e de novas dinâmicas socioeconômicas, tornando assim, os assentamentos rurais peças chaves para essa mudança. Pois a presença dos assentamentos rurais redistribui e modifica a terra, potencializa e dinamiza oportunidades, altera o uso do espaço geográfico e muda o padrão produtivo local / regional, estes fatores aliados a incentivos financeiros, assistência técnica e de políticas públicas modifica a dinâmica do desenvolvimento local dos municípios envolvidos.

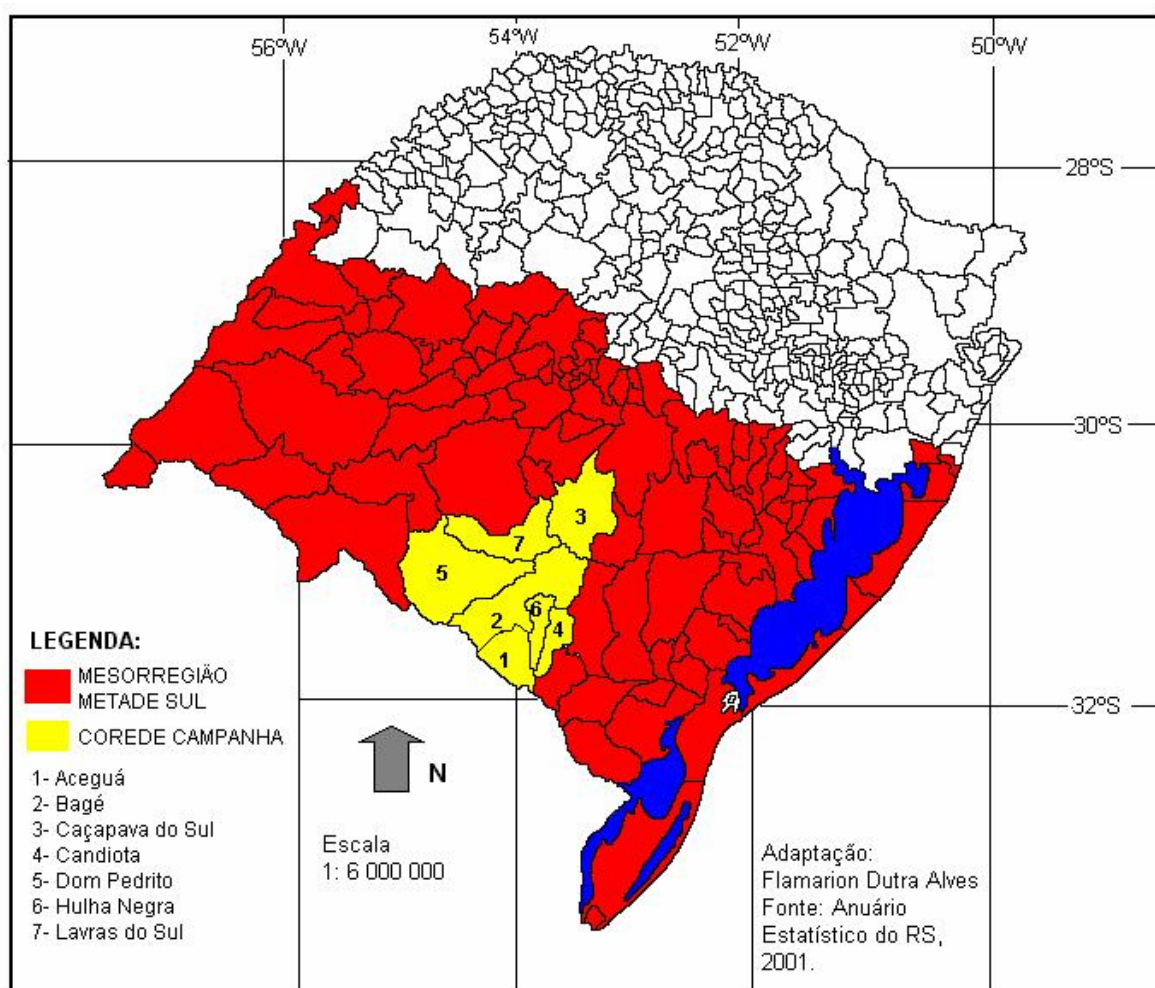


Figura 1. Localização da Mesorregião Metade Sul e Corede Campanha, RS.

Os objetivos deste trabalho são de verificar os impactos locais decorrentes das criações e implantações de assentamentos rurais no município de Candiota e Hulha Negra, além de estudar as mudanças ocorridas no município após as implantações dos assentamentos, tanto no âmbito socioeconômico, ambiental e agropecuário como nas alterações do meio geográfico.

METODOLOGIA

A pesquisa está em fase inicial, onde se fez um levantamento das informações existentes através de fontes secundárias como INCRA, IBGE, FEE, Prefeitura e outros órgãos. Conforme (FAO / INCRA, 1997:17) a análise global de uma região deve iniciar pela coleta e tratamento dos dados já existentes. Neles se incluem documentos históricos, estatísticos e cartográficos existentes numa primeira tentativa de correlacionar as diferentes variáveis.

A partir dessa coleta de dados sobre as principais informações econômicas (estrutura fundiária, atividades agropecuárias, tipo de produção, etc), sociais (condições das estradas, habitação, postos de saúde, etc), ambientais (clima, relevo, hidrografia, solos, vegetação e problemas ambientais) inicializa-se a pesquisa dando os primeiros elementos sobre a situação existente no município.

Analisou-se primeiramente os dados de dois municípios pertencentes ao COREDE Campanha, Candiota e Hulha Negra, sobre os assentamentos rurais. Devido ao número maior de assentamentos no município de Candiota, o qual incorporou novos assentamentos após a última divisão municipal, antes pertencentes à Hulha Negra, preferiu-se dar maior ênfase ao município de Candiota.

RESULTADOS PARCIAIS

No Estado do Rio Grande do Sul há uma discussão sobre a questão das diferenças regionais. Diversos fatores, ao longo do tempo, desencadearam essas diferenças.

Colonização e Estrutura Fundiária:

As desigualdades regionais, com destaque a Metade Sul, para Ilha et.al (2004) foram à constatação do latifúndio, do pouco empreendedorismo, e um certo conservadorismo dos capitalistas da chamada Metade Sul, além da baixa densidade demográfica, mercado limitado e a inexistência de economias de aglomeração.

O processo de ocupação da terra na Metade Sul foi através de apropriação militar, acompanhado da expansão econômica da pecuária sulina, oportunizando o enriquecimento de sua camada senhorial. O fortalecimento dos pecuaristas, contudo, tendeu a se expressar também no plano político-administrativo (PESAVENTO, 1997).

Sobre a origem do latifúndio e das desigualdades fundiárias no Rio Grande do Sul Pesavento (1997, p.15) diz que:

“...Ao redor da terceira década do século XVIII, teve início o processo de distribuição de sesmarias, definindo-se a posse da terra e do gado, com o estabelecimento de estâncias. A Coroa distribuiu terras aos tropeiros que se sedentarizaram ou aos militares que deram baixa e se afazendaram...Embora não se desprezando a ocorrência da disponibilidade de recursos por parte dos futuros estancieiros, sesmarias eram concedidas como retribuição a serviços militares prestados. As sesmarias eram terras devolutas, medindo em regra 3 léguas por 1 légua (cerca de 13000 hectares).”

Então a primeira fase de ocupação do Rio Grande do Sul resulta, de uma organização socioeconômica baseada nas estâncias pecuaristas, nas fazendas, nas datas de base agrícola

distribuídas aos açorianos e em freguesias e pequenas vilas. A segunda fase de ocupação do Rio Grande do Sul se dá no século XIX, com a Lei de 1822, que extinguiu a doação de sesmarias. A partir daí surgiu a necessidade de povoar e fortalecer em defesa do território. Então surgem outros elementos colonizadores do território brasileiro, os imigrantes oriundos da Europa (Itália, Alemanha, Polônia e outros em menores proporções). Essa política imigratória teve como objetivos básicos criar mão-de-obra livre nas áreas de produção para a exportação e um mercado interno consumidor, além de povoar estrategicamente as regiões periféricas do território, com o intuito de diminuir a posse desordenada e aumentar a produtividade do solo (KLIEMANN, 1986).

Coletando-se os dados dos Censos agropecuários de 1940 a 1995-1996 relativos a estrutura fundiária do Rio Grande do Sul, constata-se uma desigualdade entre o número de pequenas propriedades e da área destinadas a elas (tabela 1).

Tabela 1. Número e área de pequenas propriedades da Metade Sul e Metade Norte do Rio Grande do Sul, entre 1940 a 1995-1996.

ANO	METADE SUL (%)		METADE NORTE (%)	
	Propriedades	Área	Propriedades	Área
1940	19,78	20,11	80,22	79,89
1950	14,30	15,33	85,70	84,67
1960	16,49	18,09	83,51	81,91
1970	16,75	19,47	83,25	80,53
1975	17,77	19,95	82,23	80,05
1980	17,17	19,74	82,83	80,26
1985	17,27	20,24	82,73	79,76
1995-1996	17,70	20,26	82,30	79,74

Fonte: Censos Agropecuários do IBGE -1940 a 1995-1996. (SEHN ; ILHA, 2000).

Na tabela 1 a pequena propriedade refere-se a estabelecimentos menores que 50 hectares, mostrando assim a diferença existente entre as duas partes do estado. Nesse sentido, a reforma agrária surge como uma perspectiva de mudança do quadro atual.

Reforma Agrária e Assentamentos:

A emergência por novas áreas para uma “população sobrança”, vem junto com os ideais do movimento dos trabalhadores rurais sem-terra, que através da reforma agrária, seria o caminho para romper com o padrão latifundiário existente em algumas regiões brasileiras, povoar e produzir em áreas estagnadas, como no caso da Metade Sul.

No Rio Grande do Sul durante o período de 1985 a 1988, verificou-se uma crescente dificuldade de localizar áreas passíveis de desapropriação na região do Alto Uruguai, onde foram feitas as primeiras desapropriações, provocando um deslocamento espacial, para as regiões centrais do Estado. E a partir de 1989, o governo federal, reduziu fortemente as desapropriações, passando ao governo estadual, 1988 a 1994, o principal foco de pressões por parte do MST (MEDEIROS, 1999).

O deslocamento geográfico dos assentamentos rurais, a partir de 1988 teve novo rumo, a Campanha Gaúcha (figura 2), que se situa na Metade Sul do Estado, ambiente histórico das grandes propriedades que tem sua economia dedicada à pecuária extensiva.

Segundo o estudo realizado por Navarro; Moraes e Menezes (1997) sobre a instalação de assentamentos rurais no Rio Grande do Sul, "... no período de 1992 a agosto de 1997, o total de 54 novos assentamentos formados, 40 são da região da Campanha Gaúcha... e de 1996 a 1997, nasceram 33 novos assentamentos e destes 31 são da região citada".

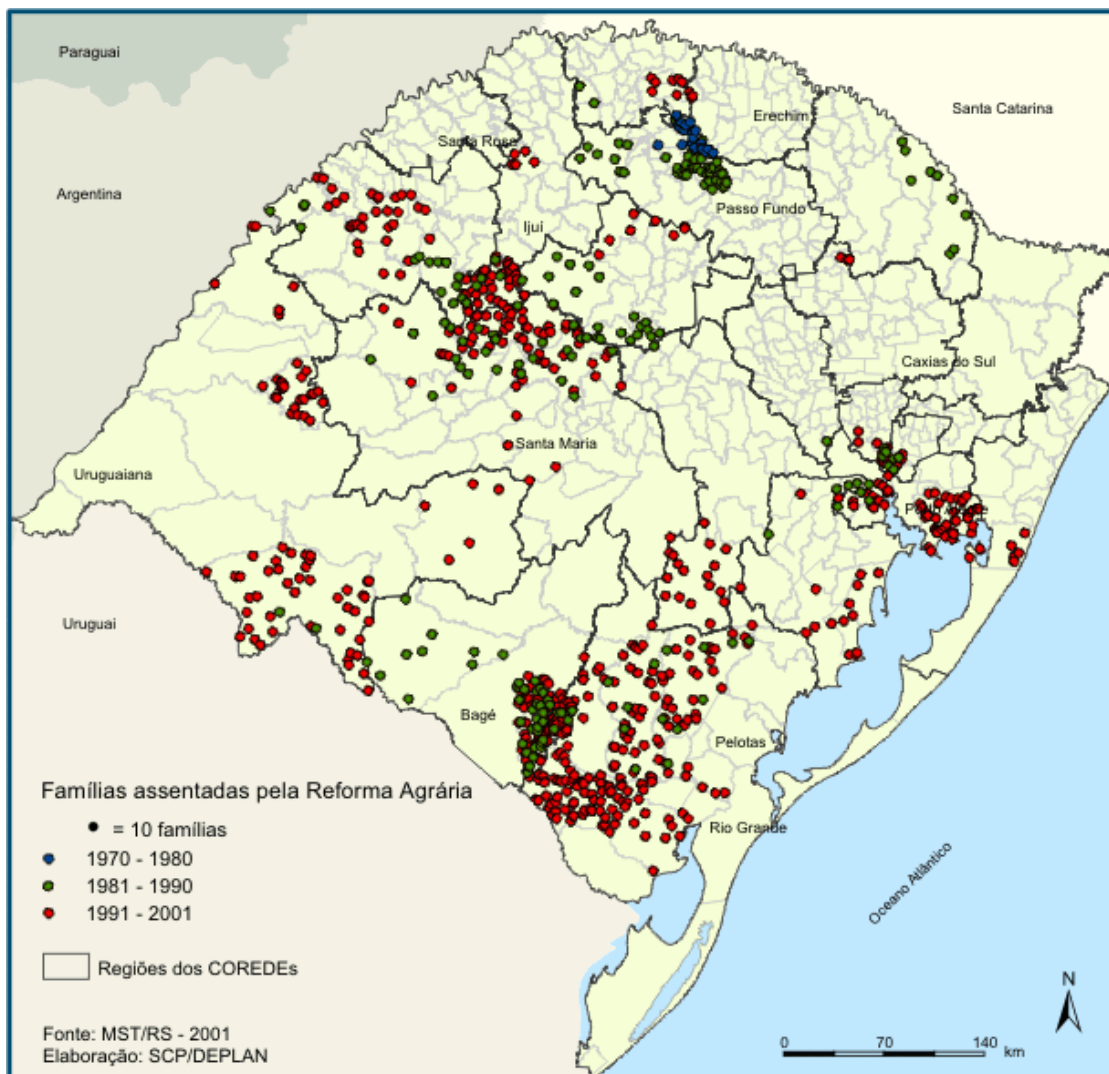


Figura 2. Localização das famílias assentadas pela reforma agrária (1970-80-90-2001), RS.

A implantação de assentamentos rurais surge como uma nova estratégia para solucionar estes entraves socioeconômicos. A criação destes redistribui a terra e dinamiza a economia, criando novos atores e alterando o espaço, conforme o estudo de Carlos Guanzirolí:

“...a comparação das rendas dos assentados com o custo de oportunidade, em termos de emprego e renda alternativos que eles podem ter no mercado de trabalho rural...desse ponto de vista, existe viabilidade econômica nas assentamentos da reforma agrária. (GUANZIROLI, 1994, p.262 apud MEDEIROS et.al., 1994)”

Dentro desse contexto de mudanças, com a implementação de assentamentos rurais eles impõem uma rotina de produção, buscam recursos, e também apontam para a possibilidade de rupturas com o padrão anterior, além de melhorias de condições de vida comparados com a situação dos

assentados vividas anteriormente. Mas para estes projetos de assentamento, é preciso um planejamento entre os poderes públicos para as condições básicas, como saúde, educação, construção e melhorias de estradas, investir no mínimo de infra-estrutura, e também proporcionar recursos para o plantio, comercialização, assistência técnica, acesso aos mercados, entre outros (MEDEIROS & ESTERCI, 1994 apud MEDEIROS et.al., 1994).

Assim, os assentamentos implicam em alguma redistribuição fundiária, aumentando as possibilidades de acesso a terra, implicando em um potencial de inserção, nas atividades econômicas, na qualidade de produtores, alteração do uso do espaço, possibilidade de diversificação produtiva, tornando-se novos atores no processo de alteração local da estrutura fundiária e do processo produtivo comparado à estrutura produtiva da região, levando a uma reconversão produtiva (LEITE, 2003). Neste sentido, existem impactos decorrentes dessa implantação de assentamentos rurais, e dentro destas mudanças deve-se estabelecer as medidas e alternativas junto aos poderes públicos para o desenvolvimento local.

CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA ESTUDADA

O município de Candiota possui uma área total de 933,8 km², tendo aproximadamente 18,5% da área destinadas a assentamentos rurais. A população total estimada em 2004 é de 9087 habitantes com uma elevada taxa de população rural, aproximadamente 63%. Segundo dados da EMATER, o município conta com várias comunidades de agricultores assentados, totalizando 776 famílias, 17.301,08 ha, com média de 24,6 ha para cada lote de terra, correspondente a uma família. Destas, 101 estão no município desde o ano de 2000, ocupando uma área total de 2.272,05 ha; 189 estão no município desde o ano 2001, ocupando uma área total de 4.514,01 ha; 75 estão no município desde o ano de 2002, totalizando 2.012,12 ha.

Quadro 1. Total de assentamentos e famílias assentadas no município de Candiota, 2001.

Assentamento	Área ha	Família (TOTAL)	Famílias (MST)	Data	Origem
Santa Lúcia	929	37	37	01/01/88	ESTADO
Nossa Senhora Aparecida I	566,2	22	22	01/01/89	ESTADO
São José I	358,1	13	13	01/01/89	ESTADO
Nova Vitória	399,1	14	14	08/01/89	ESTADO
São Miguel	297,4	12	12	01/01/92	ESTADO
Fazenda São Francisco	1180,1	49	49	10/06/92	INCRA
Santa Fé	755,8	30	30	09/10/96	INCRA
São Pedro II	586,6	25	25	03/12/97	INCRA
Estância do Fundo	2135,9	81	81	02/10/97	INCRA
Madrugada	1143	45	45	02/10/97	INCRA
Vinte e Dois de Dezembro	984,5	42	42	03/02/00	ESTADO
Vitória	223,3	9	9	03/02/00	ESTADO
Boa Vista Do Butiá	96,8	5	5	04/02/00	ESTADO
Os Pioneiros	446,9	22	22	04/02/00	ESTADO
São Sebastião	379,4	20	20	08/02/00	ESTADO
Seis Das Acácias	141,2	6	6	08/02/00	ESTADO
TOTAL	10623,3	432	432		

Fonte : Banco de Dados da Zona Sul – RS – ITEPA-UCPel, 2002.

Hulha Negra possui umas populações 5761 habitantes, numa área de 822,9 km² perfazendo uma densidade demográfica de 7,0 hab/km² ressaltando a baixo povoamento, gerando os vazios demográficos.

Quadro 2. Total de assentamentos e famílias assentadas no município de Hulha Negra, 2001.

Assentamento	Área ha	Família(TOTAL)	Famílias (MST)	Data	Origem
Nova União I	803,1	28	28	01/01/88	ESTADO
Nova União II	174,2	7	7	01/01/88	ESTADO
Boa Amizade	745,4	27	27	01/01/89	ESTADO
Conquista da Fronteira	2321,2	91	91	01/01/89	ESTADO
Conquista da Vitória	242,8	9	9	01/01/89	ESTADO
Conquista do Arvoredo	410,5	15	15	01/01/89	ESTADO
Santa Elmira	1411,2	53	53	01/01/89	ESTADO
Missões Do Alto Uruguai	228,1	10	10	01/01/90	ESTADO
Nova Geração	282,4	12	12	01/01/90	ESTADO
Vitória São João	152,6	7	7	01/01/90	ESTADO
Santo Antônio	294	23	23	01/01/93	ESTADO
Jaguarão	2890,3	116	116	02/10/97	INCRA
Abrindo Fronteiras	1514,9	68	68	26/12/99	ESTADO
Nova Geração	257,8	10	10	03/02/00	ESTADO
Conquista do Futuro	996,5	34	34	04/02/00	ESTADO
Unidos Venceremos	297,1	12	12	04/02/00	ESTADO
Che Guevara	1187,1	50	50	04/02/00	ESTADO
Nova Querência	1420,5	59	59	03/03/00	ESTADO
TOTAL	15629,7	631	631		

Fonte : Banco de Dados da Zona Sul – RS – ITEPA-UCPel, 2002.

Com alguns dados já existentes na Prefeitura Municipal de Candiota, sobre a qualidade de alguns assentamentos rurais no município de Candiota constatou-se uma baixa infra-estrutura básica, tanto em níveis de saúde, habitação, saneamento básico, educação, estradas, eletrificação rural, transporte e comunicação naqueles assentamentos implantados recentemente.

No município existem cinco postos de saúde, um encontra-se na sede municipal, outros três em vilas e apenas um na zona rural do município, criado apenas no ano de 2001.

No que se refere ao saneamento básico dos assentamentos (água potável, higiene, destinação de lixo e dejetos) são precárias as condições existentes, pois não há estrutura e recursos financeiros, que possibilite às famílias tomarem providências adequadas.

No item eletrificação rural em Candiota, no ano de 1993, 30% das residências possuíam eletricidade, já no ano de 2004 o percentual subiu para 80%. Mesmo com esse aumento, 20% da população vive sem energia elétrica, sendo um agravante para a população.

De acordo com dados levantados no Diagnóstico Situacional e os anseios priorizados pelo próprios assentados, deve-se considerar as restrições dos canais de comercialização, tanto em nível municipal, como regional. Fator restritivo em nível municipal é a presença de diversas vilas urbanas com distâncias consideráveis entre si, não havendo concentração significativa e potencial de consumo, dificultando processos de comercialização. Portanto para viabilização das atividades produtivas a serem desenvolvidas, é necessário realizar um estudo detalhado de mercado, considerando vários aspectos, como: demanda quantitativa e qualitativa, condições de acesso viário

(distâncias e trafegabilidade), perecibilidade dos produtos, entre outros, minimizando assim riscos de frustrações e possibilidades de planejamento produtivo (PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA, 2005).

Com relação à estrutura fundiária municipal apresenta uma enorme disparidade no tamanho das propriedades e de uma grande concentração de terras (tabela 2), e conforme o INCRA o módulo rural de Candiota é de 35 ha, ou seja, propriedades com menos de 35 ha são consideradas minifúndio, de 1 a 4 módulos rurais (35 a 139 ha) são classificados como pequena propriedade, de 4 até 16 módulos rurais (140 a 559 ha) são classificados como média propriedade e superior a 16 módulos rurais (560 há) são consideradas grandes prosperidades.

Essa classificação de Módulo Rural realizada pelo INCRA é derivado do conceito de propriedade familiar, sendo assim, é uma unidade de medida, expressa em hectares, que busca exprimir a interdependência entre a dimensão, a situação geográfica dos imóveis rurais e a forma e condições do seu aproveitamento econômico. Levando em consideração, também, a existência de condições geográficas específicas que limitem o uso permanente e racional da terra, em regiões com:

- a) terras periodicamente alagáveis;
- b) fortes limitações físicas ambientais; e
- c) cobertura de vegetação natural de interesse para a preservação, conservação e proteção ambiental.

Assim, as condições dadas aos assentamentos rurais, com uma área média de 25 hectares por família, não chegam às condições mínimas necessárias conforme o INCRA, pois o módulo rural equivale a 35 hectares no município. Portanto, além das condições de infra-estrutura deficitárias dadas aos assentamentos existe mais um agravante, o tamanho da propriedade.

Tabela 2. Número de estabelecimentos e área das propriedades por extrato no município de Candiota, 1996.

Tamanho das propriedades	Unidades (%)	
	Número de estabelecimentos	Área
Menos de 1 ha	1,25	0,003
1 a menos de 2 ha	1,49	0,01
2 a menos de 5 ha	2,75	0,04
5 a menos de 10 ha	3,99	0,16
10 a menos de 20 ha	3,49	0,3
20 a menos de 50 ha	49,37	7,99
50 a menos de 100 ha	10,23	6,7
100 a menos de 200 ha	7,23	5,25
200 a menos de 500 ha	9,23	16,05
500 a menos de 1000 ha	4,74	15,36
1000 a menos de 2000 ha	4,98	30,73
2000 a menos de 5000 ha	1,25	17,4
TOTAL	100	100

Fonte: Censo Agropecuário do IBGE 1995-1996.

Analisando a estrutura fundiária do município as propriedades até 200 hectares correspondem a aproximadamente 80% do total de propriedades ocupando apenas 18% da área total. As

propriedades de 200 a 1000 hectares correspondem a 14% do total das propriedades numa área equivalente a 30% do total. E a confirmação da concentração fundiária do município está com as propriedades acima de 1000 até 5000 hectares correspondendo a apenas 6% das propriedades ocupando 52%, ou seja, mais da metade da área do município.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na observação preliminar realizada constata-se a dificuldade encontrada no município de reverter uma situação histórica de concentração fundiária, precariedade na infra-estrutura e carência de políticas públicas. Os problemas encontrados pelos assentamentos rurais na produção e comercialização dos produtos dão-se primeiramente pela falta de condições básicas como saneamento, eletrificação, educação entre outras já citadas. Esse quadro impossibilita um maior dinamismo da economia local devendo existir políticas públicas que contemplem essas carências.

Posteriormente, uma maior ênfase ao setor agropecuário promovendo meios de obtenção de renda e qualidade da produção. Criação de incentivos e ampliação de assistência técnica junto aos assentamentos rurais, pois devido à dificuldade de acessos e condições básicas, principalmente aos assentamentos mais recentes, torna-se necessário uma melhoria das condições a essa população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FAO – INCRA. **Análise diagnóstico de sistemas agrários. Guia metodológico.** Brasília: PCT INCRA/FAO (UFT/BRA/051/BRA), 1997.67p.

LÜBECK, Elisa & SCHNEIDER, Flavio Miguel (Orgs.). **Programa de Desenvolvimento Integrado e Sustentável da Mesorregião Metade Sul.** Santa Maria: Pallotti, 2003.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA-. Disponível em: <www.incra.gov.br>. Acesso em 03/05/2005.

KLIEMANN, L.H.S. **RS: terra e poder – história da questão agrária.** Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986. 176 p. (Documentada 21)

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. et.al.(Orgs.) **Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar.** São Paulo: FUNDUNESP, 1994.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de & LEITE, Sérgio (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas.** Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

PESAVENTO, S. J. **História do Rio Grande do Sul.** 8.ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1997.142p.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDIOTA. **Plano de Ação para Implementação do Vigiagua no município de Candiota.** Secretaria de Saúde, Ação Social e Meio Ambiente, 2005.

SEHN, P.S.; ILHA, A.da S. **Aspectos Históricos da Ocupação e Evolução da Estrutura fundiária no Rio Grande do Sul no período de 1940 a 1996.** *In:* Economia e Desenvolvimento, Santa Maria, n.12. p.101-118, nov.2000.